



ATA DA 405ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 19h15, reuniram-se, em formato remoto por meio da plataforma Google Meet, os membros do Conselho Municipal de Saúde de Lafaite, sob a presidência do senhor Roberto Sant'Ana Lisboa Batista. PARTICIPANTES: Administração Odontologia CL/MG, Alexsandra Costa, Amarílio Zebral, Claudio Souza, Daniel Marcelino, Danielle Santhiago, Débora Lima, Gisele Fofano, Jaime Balbino, José César de Paula, Kleber Pereira, Meire Oliveira, Roberto Lisboa, Kátia Severiano, Vamberto Oliveira, Vitória Leopoldina e Wagner Costa Coelho. **DESENVOLVIMENTO DA PLENÁRIA 1. ABERTURA:** O presidente, Roberto Sant'Ana, cumprimentando a todos os presentes declarou aberta a reunião às 19h15min e apresentou a pauta prevista, a saber: I) Leitura e aprovação das atas 403 e 404; II) Informes gerais; III) Análise do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (2º RDQA/2025); IV) Ofício nº 463/2025: Solicitação de realinhamento financeiro para tomografia computadorizada; V) Constituição da Câmara Técnica de Orçamento e Finanças; VI) Apresentação das ações e indicadores do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). O presidente propôs, em razão da presença de servidores com restrição de horário, a inversão da pauta, iniciando pela apresentação dos indicadores da Odontologia. A proposta foi aprovada sem objeções. **2. INFORMES:** O presidente Roberto Sant'Ana apresentou os informes: I. Convite para reunião no dia 17 de novembro, às 18h30min, na Câmara Municipal, solicitada pelo Vereador Pedro Américo, para tratar do atendimento a pacientes diabéticos no município. II. Informações enviadas pela Superintendência Regional de Saúde (SRS) sobre a situação da UPA, esclarecendo que a habilitação ainda não foi concluída. III. Resposta da SRS às solicitações relativas à oncologia, com envio da PPI pactuada e esclarecimento de que nenhum documento formal do município de Conselheiro Lafaite sobre a implantação da oncologia chegou à Regional até o momento. IV. Comunicação de que a SRS recomendou contato entre Lafaite e a Secretaria de Saúde de Barbacena para esclarecimento adicional sobre o tema oncologia. V. Entrada de plano de trabalho referente a recursos destinados ao Hospital São Vicente; Hospital e Maternidade São José e da Fundação Olhos D'Alma; VIII. Informou que todo esse material chegou apenas no dia anterior, sendo impossível análise prévia pelo Conselho, e que poderá haver deliberação ad referendum, após conferência de documentos. Perguntado por conselheiros, nenhum outro informe foi acrescentado. **3. APROVAÇÃO DAS ATAS 403 E 404:** O presidente perguntou se havia correções ou observações às atas enviadas previamente. O conselheiro Amarílio Zebral questionou pendência relacionada ao tema dos R\$ 1.700.000,00 do município, mencionada pelo conselheiro Ryan. Roberto esclareceu que conversou com Ryan no mesmo dia, o qual informou que havia previsão de pagamento de pouco mais de R\$ 400 mil naquela semana e que a Secretaria de Saúde e o Hospital e Maternidade São José estavam dialogando sobre o tema. Não havendo novas manifestações, a plenária aprovou as atas por unanimidade. **4. APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO):** A apresentação foi conduzida por Gisele Fofano (SRS Barbacena), Juliana e Daira, responsáveis técnicas pelo CEO de Lafaite. Em uso da fala, a senhora Gisele Fofano relatou breve contexto do serviço de odontologia no município. Disse que em novembro de 2022, o CEO de Lafaite foi interditado pela Vigilância Sanitária, situação considerada gravíssima. O CEO ficou praticamente sem produção entre o final de 2022 e início



de 2025. Foi elaborado um plano de ação, aprovado pelo Conselho via ad referendum nº 310, para evitar descredenciamento federal. Destacou o esforço conjunto entre CEO, Vigilância, gestão municipal, SRS e Conselho. Informou que, no monitoramento realizado em novembro de 2025, o CEO apresentou desempenho muito superior ao esperado, reestruturando-se rapidamente. Afirmou que o CEO de Lafaiete se destacou, inclusive, quando comparado aos CEOs de Congonhas e Ouro Branco. Deixou registrado agradecimento à equipe e ao Conselho pela parceria. Durante a exposição técnica realizada pelos(as) Senhores(as) Juliana, Daira e Kleber Pereira, foi apresentado o diagnóstico inicial referente às atividades do início de 2025, com a identificação de diversas falhas operacionais. Também foi relatado o processo de construção do plano de trabalho baseado no Indicador n.º 1 da Resolução nº 8.435, voltado à qualificação da atenção especializada, destacando-se que a meta mínima estabelecida de 60 pontos foi alcançada e ultrapassada pelo CEO. No âmbito das ações implantadas, foram mencionadas: a criação de um sistema de confirmação de consultas via celular, contribuindo para a redução do absenteísmo; a implantação de TVs e melhorias de conforto na sala de espera; a criação de um painel de faltas por unidade, possibilitando articulação direta com as ESFs que apresentam maior índice de ausência; a discussão sobre os procedimentos de manutenção preventiva, que atualmente ocorrem a cada seis meses, com recomendação técnica para manutenção semanal; e a organização do cronograma de férias, de forma a evitar suspensão de serviços. Foram ainda registradas a estruturação da Linha de Cuidado da DTM, com profissional capacitado e início da série histórica; a realização de diversas capacitações, incluindo formação para atendimento a pessoas com deficiência e diretrizes de acesso; a triagem da fila de endodontia, resultando na redução da lista de espera que inicialmente ultrapassava 800 pacientes; a ampliação do horário de atendimento até às 18h; e a implantação da odontopediatria especializada, alinhada às futuras portarias de financiamento. Na sequência, foram apresentados os resultados das ações desenvolvidas, destacando-se a redução significativa do absenteísmo, que passou de 12,6% para 5,6%, bem como a qualificação geral do serviço e a retomada consistente das atividades após o período de interdição. Durante o debate pelos conselheiros, o Senhor Amarílio Zebral questionou a situação relacionada ao barulho da bomba a vácuo e os possíveis riscos ocupacionais decorrentes. Em resposta, a coordenadora Daira esclareceu que há laudo técnico indicando que os níveis de ruído permanecem dentro dos limites permitidos, ainda que reconheça o incômodo gerado. No mesmo ponto, discutiu-se a possibilidade de adoção de medidas para minimizar o problema, como isolamento acústico ou utilização de pedal para acionamento intermitente da bomba, sugestão apresentada pelo conselheiro Lúcio. O conselheiro Amarílio também ressaltou a necessidade de conscientização dos usuários quanto à importância da atualização de seus dados telefônicos, devido às dificuldades enfrentadas pela equipe para realizar contatos. A equipe informou que essa atualização é conduzida pelos Agentes Comunitários de Saúde e também registrada no sistema PEC/E-SUS. Quanto aos encaminhamentos, foram definidos: verificar a possibilidade de instalação de pedal elétrico para controle da aspiração; avaliar alternativas de isolamento acústico para a bomba a vácuo; encaminhar ao Conselho o projeto da Linha de Cuidado da DTM; elaborar novo plano de trabalho baseado no Indicador 2 da Resolução nº 10.398, a ser apresentado ao Conselho entre janeiro e fevereiro de 2026; e manter o acompanhamento constante pelo Comitê Gestor de Qualidade. Encerrada a discussão, o presidente agradeceu e deu por finalizada esta etapa da



88 pauta. **5. ANÁLISE DO RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR (2º**
89 **RDQA/2025):** Em seguida, foi apresentado pelo presidente o Relatório Detalhado do
90 Quadrimestre Anterior – RDQA, referente ao 2º quadrimestre de 2025, acompanhado de uma
91 análise minuciosa dos dados. Durante a explanação, destacou-se o tópico relativo à
92 Transposição e Transferência de Saldos, prevista na Lei Complementar nº 171/2023, ocasião
93 em que foram identificadas divergências entre os valores informados pela Secretaria no RDQA
94 e aqueles constantes no Plano de Transposição. Após a apresentação, foram discutidas as
95 recomendações decorrentes da análise, sendo deliberado solicitar esclarecimentos formais à
96 Secretaria acerca da origem das divergências identificadas; proceder à compatibilização dos
97 dados entre o RDQA e o Plano de Transposição; verificar os repasses no montante de R\$
98 625.000,00 destinados aos hospitais, conforme Ofício nº 53/2025; e reforçar os mecanismos
99 de controle documental. Na sequência, procedeu-se à avaliação da Diretriz referente à Gestão
100 do SUS. Foi informado que a execução orçamentária já alcançou 81,72% do total anual
101 previsto, apontando risco de extrapolação até o encerramento do exercício. Ressaltou-se a
102 necessidade de revisão dos custos fixos da Secretaria, bem como a exigência de cautela no
103 debate sobre o Piso da Enfermagem, a fim de evitar compromissos financeiros que possam
104 gerar desequilíbrios permanentes. Registrou-se ainda que a Ação de Controle Social
105 apresentou execução de apenas 1,41%, evidenciando baixa oferta de suporte financeiro ao
106 Conselho Municipal de Saúde. O presidente Roberto Lisboa registrou que havia diversos
107 pedidos de apoio protocolados pelo Conselho Municipal de Saúde junto à Secretaria Municipal
108 de Saúde, incluindo solicitações de fornecimento de materiais de uso básico, apoio técnico-
109 administrativo e suprimentos destinados ao funcionamento regular das atividades do
110 colegiado, os quais não haviam sido plenamente atendidos até aquele momento. Pontuou que
111 a persistência dessa situação poderia caracterizar descumprimento do dever institucional da
112 Secretaria de assegurar condições adequadas ao exercício das funções deliberativas e
113 fiscalizatórias do Conselho, podendo inclusive ensejar representações perante órgãos de
114 controle em razão do comprometimento de seu funcionamento. Na sequência, iniciou-se um
115 debate específico sobre o tema, ocasião em que a conselheira Danielle Santhiago pediu a
116 Daniel que esclarecesse a situação das linhas orçamentárias voltadas ao atendimento das
117 demandas materiais do Conselho. Daniel informou que, recentemente, houve dificuldade
118 interna no atendimento a uma demanda relacionada a passagens e estadia para participação
119 em curso, mas que a questão já havia sido solucionada. Acrescentou que, desde sua chegada
120 ao setor, não identificara demandas relativas a itens básicos, como o fornecimento de água, e
121 afirmou que realizaria uma verificação para confirmar se os ofícios do Conselho chegaram ao
122 setor responsável. Assegurou à plenária que não há dificuldade administrativa ou
123 orçamentária para o atendimento dessas solicitações e sugeriu que, para o próximo exercício,
124 seja elaborado um planejamento que permita realizar desembolsos mensais destinados a
125 suprir as necessidades essenciais do colegiado, promovendo maior regularidade no suporte
126 fornecido. O presidente Roberto contrapôs a informação, afirmando que tais solicitações
127 foram, sim, encaminhadas formalmente à Secretaria, incluindo ofício específico sobre o
128 fornecimento de água, que ainda não havia sido atendido. O conselheiro José César também
129 se manifestou, destacando que o Conselho tem enfrentado dificuldades recorrentes para
130 receber os materiais solicitados e sugerindo a criação de um protocolo paralelo de tramitação.
131 Explicou que, além do protocolo oficial da Secretaria, os pedidos poderiam ser enviados



simultaneamente à Danielle ou ao próprio Daniel, de forma a garantir acompanhamento mais direto e evitar novas falhas de comunicação. José César lembrou que a demanda referente à água havia sido discutida na última reunião e que a orientação passada à época era de que a Secretaria já havia tomado ciência da necessidade. Encerrando o ponto, Daniel reiterou que verificará o ofício mencionado e assegurou que tomará as providências necessárias para sanar eventuais falhas no fluxo interno e garantir que o Conselho tenha suas demandas atendidas com a celeridade adequada. Em relação às recomendações, foram indicadas: a revisão imediata dos custos fixos; a elaboração de planejamento específico para mensurar o impacto do Piso da Enfermagem; a garantia de condições adequadas de funcionamento ao Conselho Municipal de Saúde; e o detalhamento futuro dos subelementos de despesa. Prosseguindo, foi realizada a avaliação da Diretriz referente à Atenção Primária à Saúde, cuja execução total alcançou 61,6%, mantendo-se dentro do ritmo aguardado para o período. Foi registrada, entretanto, a execução de 115,9% na área de odontologia, apontando a necessidade de análise conjunta com a produção assistencial, a fim de verificar a coerência entre os dados financeiros e os resultados apresentados. Também foi observada a inexistência de execução no âmbito do Comitê de Equidade, que permanece em 0%, sendo recomendada sua implantação urgente. Na continuidade da apreciação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior, o presidente Roberto Lisboa procedeu à leitura da análise referente à Diretriz da Atenção Especializada (Média e Alta Complexidade). Informou que a avaliação considerou os dados do primeiro e segundo quadrimestres do exercício, com o objetivo de mensurar a execução físico-financeira das ações planejadas. Foram apresentados os indicadores de execução por subação, destacando-se que a atenção especializada consumiu, até o segundo quadrimestre, 72% do orçamento anual previsto, percentual considerado elevado para o período. Entre os principais componentes da diretriz, registrou-se execução de 56,7% na manutenção dos serviços próprios especializados; 28% na odontologia especializada (CEO); 43% no CISAP; 41% no Tratamento Fora de Domicílio; 58,1% na Rede de Atenção Psicossocial; e execução reduzida nas ações de órtese e prótese, com apenas 24,6%. Roberto destacou que os maiores impactos financeiros concentram-se na rede complementar contratualizada e na UPA/Policlínica, que juntas representam mais de 85% da execução da diretriz. A rede complementar apresentou execução de 73,4%, refletindo regularidade nos repasses aos hospitais e serviços conveniados, porém com atenção ao risco de antecipação excessiva de despesas no encerramento do exercício. Quanto à UPA, apontou que a execução alcançou 89,1%, indicando elevado custo operacional; registrou também que a Secretaria havia informado discrepância entre o valor real e o dado inserido no sistema no primeiro quadrimestre, mas que, diante da ausência de atualização oficial, a análise do Conselho foi feita com base nos registros constantes no sistema. Apontou-se ainda que a Comissão de Acompanhamento e Controle do Contrato de Administração da UPA, prevista para subsidiar a análise deste componente, não foi instituída até o momento, o que limita a capacidade de validação técnica do Conselho. Em relação às ações com baixa execução, como odontologia especializada e órtese e prótese, Roberto ressaltou a necessidade de verificação aprofundada da execução física e da produção assistencial, a fim de aferir a coerência entre atendimento realizado e execução financeira. Por fim, o presidente registrou as recomendações constantes do relatório, incluindo o monitoramento dos repasses da rede complementar, a análise detalhada dos custos de pessoal e insumos da UPA, e a necessidade de especial atenção da



Secretaria para assegurar sustentabilidade financeira das ações até o encerramento do exercício. Não houve manifestações adicionais dos conselheiros especificamente sobre esta diretriz. Apontou-se ainda que a Comissão de Acompanhamento e Controle do Contrato de Administração da UPA, prevista para subsidiar a análise deste componente, não foi instituída até o momento, o que limita a capacidade de validação técnica do Conselho. Em relação às ações com baixa execução, como odontologia especializada e órtese e prótese, Roberto ressaltou a necessidade de verificação aprofundada da execução física e da produção assistencial, a fim de aferir a coerência entre atendimento realizado e execução financeira. Por fim, o presidente registrou as recomendações constantes do relatório, incluindo o monitoramento dos repasses da rede complementar, a análise detalhada dos custos de pessoal e insumos da UPA, e a necessidade de especial atenção da Secretaria para assegurar sustentabilidade financeira das ações até o encerramento do exercício. Não houve manifestações adicionais dos conselheiros especificamente sobre esta diretriz. Na continuidade da apreciação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior, o presidente Roberto Lisboa procedeu à leitura da diretriz referente à Assistência Farmacêutica, destacando que a execução acumulada alcançou 37,1% do orçamento anual, percentual considerado aquém do esperado para o período. Informou que a ação de Equidade – Absorventes não apresentou qualquer execução nos dois quadrimestres, recomendando esclarecimentos da Secretaria quanto à ausência de aplicação e à previsão de implementação no último quadrimestre. Enfatizou, ainda, a necessidade de revisão dos contratos de fornecimento e do fluxo de abastecimento, diante do risco de descontinuidade da entrega de medicamentos na rede municipal, recomendando maior alinhamento entre o planejamento de compras e o consumo real dos serviços. Em seguida, apresentou a análise da Vigilância Sanitária, cuja execução total alcançou apenas 28,1% da meta anual, indicando ritmo lento na aplicação dos recursos, sobretudo na ação de estruturação das atividades, que não registrou execução até o momento. Roberto ressaltou que, dada a natureza contínua das ações fiscalizatórias, a baixa execução pode comprometer a efetividade das ações sanitárias municipais, recomendando à Secretaria a revisão do planejamento, a regularização do cronograma e o fortalecimento da capacidade operacional. Na sequência, foi analisada a Vigilância Epidemiológica, cuja execução acumulada somou 40,1%, com melhor desempenho relativo na manutenção da vigilância em saúde (49,9%). Roberto destacou, entretanto, que a ação de Saúde do Trabalhador apresentou execução mínima de 0,7%, demandando verificação imediata das causas da baixa aplicação. Recomendou reforço das ações de imunização e combate a endemias, especialmente diante de riscos sazonais e potenciais surtos, bem como a adoção de estratégias para garantir execução plena dos recursos ainda no exercício. Em continuidade, Roberto apresentou a avaliação dos Dados de Produção do SUS, apontando divergências significativas entre os registros do DIGSUS e os dados verificados pela Diretoria de Atenção Especializada. Foi relatada inconsistência de mais de 2 mil atendimentos clínicos entre as bases, bem como diferenças substanciais nos números de internações clínicas e cirúrgicas. Roberto alertou que inconsistências dessa natureza podem comprometer diretamente o financiamento federal, uma vez que a produção registrada é base para repasses. Recomendou que a Secretaria revise o processo de integração e conferência das informações, garantindo fidedignidade dos dados transmitidos ao DIGSUS. Ainda na leitura do relatório, foram apresentadas as Considerações sobre a Produção e o Custo da UPA Municipal,



com destaque para o fato de que, embora a meta anual fosse de 200 mil atendimentos, a produção registrada até o segundo quadrimestre somou apenas 72.215 atendimentos, equivalente a 36,1% da meta, ao passo que a execução financeira da unidade alcançou 89,1% do orçamento anual. Roberto evidenciou o desalinhamento entre produção física e gasto financeiro, afirmando que, mesmo que a redução do volume de atendimento pudesse refletir reorganizações da rede, seria esperado algum impacto proporcional na redução dos custos operacionais — o que não ocorreu. Recomendou, por isso, análise detalhada da estrutura de despesas da UPA, incluindo contrato de gestão, composição das equipes, consumo de insumos e indicadores de desempenho, solicitando que a Secretaria apresente justificativas formais para o desequilíbrio constatado. Por fim, ao apresentar as Considerações Finais do relatório, Roberto destacou que o RDQA tem por objetivo avaliar o cumprimento das metas da Programação Anual de Saúde, a execução orçamentária, a produção assistencial e os indicadores de saúde do município, registrando que vários critérios foram apenas “parcialmente atendidos”, demandando providências da Secretaria para correção das inconsistências e fortalecimento da coerência entre planejamento, execução e resultados. Em seguida, foram apresentadas ao Plenário as recomendações decorrentes das análises realizadas sobre a execução das metas físicas e financeiras constantes no 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA/2025). Considerando-se as inconsistências identificadas, as divergências apontadas entre dados assistenciais e registros financeiros, bem como os riscos evidenciados nas diferentes diretrizes avaliadas, foi proposta a deliberação de que, caso o relatório seja aprovado, o Conselho Municipal de Saúde convoque formalmente a Secretaria Municipal de Saúde para reunião técnica. Tal convocação deverá contemplar a presença dos representantes das áreas responsáveis, a saber: Diretoria de Atenção Básica, Diretoria de Atenção Especializada, Diretoria de Vigilância em Saúde e Diretoria de Planejamento e Gestão. A reunião técnica presencial, em data a ser definida, deverá ter como finalidade o detalhamento e o esclarecimento dos pontos de atenção observados pelo Conselho durante as análises do relatório, permitindo a apresentação de justificativas técnicas e administrativas para os achados relacionados à execução orçamentária, à produção assistencial e às demais inconsistências identificadas ao longo das diretrizes examinadas.

6. OFÍCIO Nº 463/2025: SOLICITAÇÃO DE REALINHAMENTO FINANCEIRO PARA TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA: Durante a análise do Ofício nº 463/2025, referente ao pedido da Secretaria Municipal de Saúde para realinhamento financeiro dos exames de tomografia computadorizada com uso de contraste venoso, o presidente Roberto apresentou à plenária a solicitação para atualização do valor atualmente praticado, fixado em R\$ 100,00 por dose de 50 ml, diante da defasagem provocada pelo aumento dos custos dos insumos radiológicos desde 2020. Procedeu-se à leitura integral do parecer técnico elaborado pela Comissão, no qual se registrou que o protocolo municipal utiliza 50 ml de contraste por exame, e que a elevação dos custos justificaria a necessidade de revisão da complementação da tabela SUS. A Comissão observou ainda que a Resolução nº 168 autorizara a complementação, mas não detalhou o volume padrão da dose, apontando ser tecnicamente plausível a atualização solicitada, tanto pela variação inflacionária quanto pela importância de assegurar continuidade e qualidade ao serviço, evitando desassistência. Foi destacado no parecer que seria recomendável atualizar a redação normativa vigente, de modo a explicitar o volume de contraste adotado pelo município e qualificar futuramente o controle e a transparência do



procedimento. Concluiu a Comissão opinando favoravelmente ao realinhamento, passando o valor de R\$ 100,00 para R\$ 130,00 por dose de 50 ml, condicionando, entretanto, essa aprovação à apresentação de memória de cálculo detalhada com a comprovação técnica do aumento dos custos; à apresentação de declaração formal da área financeira atestando suficiência orçamentária para o pagamento da complementação sem necessidade de suplementação; e à demonstração do impacto financeiro na Programação Anual de Saúde e no componente de Atenção Especializada. Após a leitura, foi aberto espaço para debate, ocasião em que o conselheiro Amarílio Zebral apresentou relato de um caso concreto envolvendo um usuário do SUS, que teve solicitado exame de tomografia com contraste, porém, por falha operacional, o contraste não foi adequadamente aplicado no momento do exame, segundo informado pela unidade, em razão da ausência de profissional habilitado para o procedimento. Relatou que o exame foi encaminhado ao neurologista em Barbacena, que devolveu o paciente à rede municipal com determinação de realização de nova tomografia, acarretando gasto duplicado e atraso no diagnóstico, o que evidencia a necessidade de revisão e fiscalização do fluxo assistencial. O presidente e demais conselheiros enfatizaram a importância da apuração imediata do ocorrido, e a Secretária Adjunta de Saúde Danielle Santhiago comprometeu-se a levar o caso à responsável técnica Leandra para esclarecimentos e devolutiva ao Conselho. Encerradas as discussões, o presidente submeteu o parecer à deliberação, sendo consignada a aprovação do realinhamento, condicionada ao atendimento dos requisitos técnicos e financeiros estabelecidos pela Comissão, bem como o encaminhamento à Secretaria Municipal de Saúde para as devidas providências. **7. CONSTITUIÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS:** Em seguida, o presidente Roberto Lisboa apresentou à plenária a proposta de resolução que institui a Comissão de Orçamento e Finanças no âmbito do Conselho Municipal de Saúde, destacando que a necessidade de criação dessa instância decorre das mudanças recentes na legislação orçamentária, especialmente quanto às emendas parlamentares e às novas exigências de acompanhamento técnico-financeiro pelos conselhos de saúde. Informou que a proposta foi construída a partir das orientações recebidas no curso realizado junto ao Conselho Estadual de Saúde, que reforçam a importância de que todos os conselhos municipais instituam câmaras técnicas especializadas para análise de orçamento e financiamento do SUS. Procedeu, então, à leitura integral da minuta de resolução. Explicou que a Comissão de Orçamento e Finanças terá caráter permanente e terá como finalidade analisar, acompanhar, avaliar e emitir pareceres sobre os instrumentos de planejamento e controle orçamentário e financeiro da saúde municipal, observando as normas legais e regimentais do Sistema Único de Saúde. Mencionou que caberá à Comissão acompanhar a elaboração, execução e avaliação do Plano Municipal de Saúde, da Programação Anual de Saúde, dos relatórios trimestrais e do Relatório Anual de Gestão; emitir parecer sobre propostas de suplementações, remanejamentos e contingenciamentos de recursos do Fundo Municipal de Saúde; propor indicadores e mecanismos de monitoramento da execução financeira; e subsidiar o plenário com análises e informações técnico-financeiras que orientem a tomada de decisão. Destacou ainda que a Comissão deverá contribuir para a transparência e o fortalecimento do controle social, promovendo a capacitação dos conselheiros e difundindo informações sobre orçamento e financiamento do SUS, além de acompanhar o cumprimento da aplicação mínima de recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Emenda



Constitucional 29 e a Lei Complementar nº 141. Durante a leitura, foi registrado que a Comissão será composta por representantes dos segmentos de usuários do SUS, trabalhadores da saúde, gestores e prestadores de serviços de saúde, devendo sua composição obedecer à paridade prevista na legislação vigente. Os nomes dos membros serão designados por ato da presidência do Conselho Municipal de Saúde, após deliberação plenária, e constarão em anexo à resolução, acompanhando o mandato da atual gestão, sendo permitida a recondução. Também foi informado que a Comissão poderá convidar técnicos, assessores e representantes de órgãos de controle ou de instituições públicas e privadas para contribuir com suas análises, sem direito a voto. O presidente esclareceu que o texto prevê assessoramento técnico, contábil e jurídico para a Comissão, com recursos alocados dentro da dotação específica destinada à manutenção das atividades de controle social, já contemplados na proposta orçamentária enviada pelo Conselho à Secretaria Municipal de Saúde. Esse assessoramento terá como finalidade garantir suporte para a análise de demonstrativos financeiros, relatórios de gestão, suplementações e demais instrumentos orçamentários, assegurando a qualidade técnica das deliberações do Conselho. Após a leitura, o conselheiro José César solicitou esclarecimento sobre a possibilidade de contratação de assessoria especializada, ao que o presidente informou que tal previsão já constava no texto e estava incluída na dotação orçamentária proposta pelo Conselho. Na sequência, o presidente informou que os conselheiros interessados em compor a Comissão de Orçamento e Finanças deveriam encaminhar manifestação de interesse à servidora Daiane até a sexta-feira subsequente, para que a nomeação pudesse ser realizada na semana seguinte. Submetida a resolução à deliberação, a plenária aprovou sua criação, ficando instituída a Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho Municipal de Saúde. Ao final da reunião, o presidente Roberto Lisboa informou que manterá contato direto com o representante da SMS, Senhor Daniel para alinhamento do calendário das próximas atividades, destacando que as datas das reuniões técnicas serão comunicadas no grupo oficial do Conselho, de forma a permitir a participação de todos os conselheiros interessados. Ressaltou que tais reuniões serão abertas e que, nesse mesmo processo, deverá ser formalizada a nomeação da comissão responsável pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão. Roberto registrou que, conforme informado por Daniel, a Programação Anual de Saúde (PAS) e o Plano Municipal de Saúde deverão ser encaminhados ao Conselho na semana seguinte, circunstância que exigirá mobilização imediata da comissão e do colegiado, tendo em vista que será necessária a análise conjunta dos dois instrumentos, articulada ainda com a Lei Orçamentária Anual (LOA) já protocolada na Câmara Municipal. Informou que buscará contato com o secretário Erivelton para solicitar que a tramitação da LOA de 2026 seja temporariamente suspensa, de modo a garantir que sua análise ocorra após o alinhamento entre os instrumentos de planejamento e orçamento. Acrescentou, ainda, que Daniel havia relatado estar em tratativas com a Secretaria da Fazenda para tratar do mesmo tema, manifestando a expectativa de que todos os ajustes necessários tenham sido realizados a tempo de evitar dificuldades na apreciação da PAS para o exercício seguinte. Encerradas essas orientações, Roberto agradeceu a presença dos conselheiros e convidados, destacando que se inicia um novo período de trabalho intenso para o colegiado. Informou que a última reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de 2025 ocorrerá no dia 12 de dezembro, conforme calendário previamente aprovado. Na sequência, comunicou que o ano de 2026 será ano de eleição e recomposição do Conselho,



352 razão pela qual, já na próxima semana, será encaminhado ofício a todas as entidades
353 representadas no colegiado, solicitando que manifestem se apresentarão ou não indicações
354 para a nova composição. Roberto reforçou, para fins de registro em ata, que cada entidade
355 possui autonomia plena para definir seus próprios critérios internos de escolha de
356 representantes, não cabendo ao Conselho, ao Município ou a qualquer outro órgão interferir
357 no processo de seleção. Destacou que o único requisito institucional é que os nomes indicados
358 sejam encaminhados dentro do prazo estabelecido, para fins de publicação do decreto de
359 nomeação da nova composição. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a
360 participação de todos, declarou encerrada a reunião e informou que procederá à finalização
361 da gravação e da transcrição. O registro foi efetuado pela Secretaria Executiva do Conselho
362 Municipal de Saúde e será submetido à apreciação do pleno na reunião subsequente.
363 Conselheiro Lafaiete, 12 de novembro de 2025.